

CORREIO SUDESTE

MP-SP



Obras foram vistas em caçambas, o que levantou suspeitas

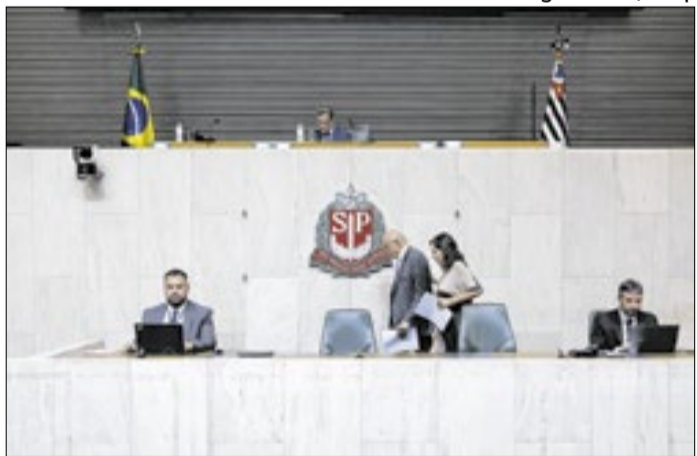
MP investiga descarte de livros de biblioteca em Osasco

O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito para apurar o descarte de livros da Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, em Osasco. Obras foram vistas em caçambas, o que levantou suspeitas de dano ao patrimônio público. A unidade, inaugurada em 1963, reúne acervo histórico e está fechada desde 2020. A prefeitura afirmou que houve falha no transporte e que o material foi preservado em depósitos, além de abrir sindicância. Movimentos culturais contestam a versão e cobram transparência. O promotor requisitou documentos, laudos e identificação de responsáveis, visando verificar a extensão dos danos e a possibilidade de recuperação dos itens.

Contaminação no Butantã é debatida

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou audiência pública na terça-feira (28) para discutir a contaminação no Jardim Arpoador, zona oeste da capital. Segundo moradores, há cerca de 50 anos há solo e lençol freático contaminados, atribuídos a resíduos industriais da antiga fábrica da Akzo Nobel instalada em 1974. Dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) apontam presença de solventes aromáticos e metais pesados no local.

Rodrigo Romeo/Alesp



Os períodos de fala variam entre cinco e dez minutos

Segurança pauta sessão da Alesp

Deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo realizaram na quinta-feira (30) a 52ª Sessão Ordinária de 2026, com destaque para temas de segurança pública. Entre os assuntos, foi mencionada denúncia sobre condições precárias do Instituto Médico Legal de Taubaté, que podem impedir o funcionamento noturno da unidade. Também houve citação à reprovação do nome de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Participaram os deputados Reis e Eduardo Suplicy, do PT. Durante as sessões, parlamentares utilizam os expedientes para tratar de temas públicos na tribuna.

Programa cívico-militar será ampliado

O Programa Cívico-Militar deve ser ampliado no segundo semestre de 2026 em São Paulo, passando de 100 para 200 escolas. O anúncio foi feito pelo deputado estadual Tenente Coimbra (PL) durante evento em Mogi das Cruzes. Segundo o parlamentar, a Secretaria da Educação prepara a abertura de adesões, condicionadas à consulta das comunidades escolares.

Juristas discutem

Quatro juristas debateram a democracia na Alesp, na 8ª aula do curso do ILP na quinta (30), com abordagens valorativa e pragmática, em curso alinhado ao ODS 16 da ONU e às metas da Agenda 2030. Carlos Alberto de Alckmin Dutra destacou democracia como valor e igualdade. Debates citaram direitos sociais e desinformação.

Apoio à saúde

A deputada estadual Beth Sahnão (PT) recebeu, na quinta-feira (30), certificado entregue pela cardiologista Ludhmila Hajjar, do Hospital das Clínicas da USP, pelo apoio à saúde pública por meio de emendas parlamentares destinadas ao Instituto Central do HC. Ela destacou repasse de R\$ 800 mil ao HC e a importância do SUS.

Greve em Louveira

Servidores municipais de Louveira, em greve desde 23 de abril, participaram de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na quarta-feira (29), a pedido do deputado Carlos Giannazi (Pso). A categoria cobra reajuste salarial, aumento do auxílio-alimentação e reposição inflacionária de 2024 e 2025.

Ensino com bônus

O Governo de São Paulo depositou na quinta-feira (30) cerca de R\$ 1 bilhão em bônus a 188 mil profissionais da rede estadual de ensino. O pagamento reconhece o desempenho da rede e os resultados do Saesp, com avanços em matemática e metas da Seduc-SP. A iniciativa integra política de valorização da educação paulista.

Inverno solidário

O Poupatempo integra a Campanha do Agasalho e mobiliza suas 244 unidades em São Paulo como pontos de coleta, segundo o Fundo Social. As doações seguem até 22 de setembro e incluem agasalhos, meias, toucas e luvas em bom estado. Também é possível contribuir via Pix ou depósito para compra de cobertores.

Vagas na USP

Inscrições para transferência externa da USP seguem abertas até terça-feira (5), com taxa de R\$ 228. São 933 vagas, sendo 124 do PEC-G. A prova ocorre em 17 de maio, com 80 questões de múltipla escolha. O processo tem duas etapas: pré-seleção pela Fuvest e seleção pelas unidades. Resultado sai no dia 26 de maio.



O valor contempla mais de 70 categorias profissionais

Reajuste do piso paulista avança na Assembleia

Projeto prevê aumento e amplia diferença frente ao mínimo federal

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto de lei que propõe o reajuste do salário mínimo paulista para R\$ 1.874,36. A medida integra a política de valorização do piso regional e, se aprovada pelos deputados estaduais, deverá entrar em vigor ainda em 2026.

O valor sugerido é superior ao salário mínimo nacional, atualmente fixado em R\$ 1.621. De acordo com o governo estadual, a diferença entre os dois pisos será de R\$ 253, o que corresponde a uma vantagem de 15,6% para o trabalhador paulista. O reajuste alcança mais de 70 categorias profissionais que não possuem piso definido por legislação federal ou negociação coletiva.

Entre os segmentos contemplados estão trabalhadores domésticos, cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência, além de serventes, trabalhadores agropecuários, pescadores e profissionais de serviços gerais. Também fazem parte da lista trabalhadores de limpeza, conservação, manutenção de áreas públicas e empregados não especializados do comércio, da indústria e de serviços administrativos.

O projeto inclui ainda profissionais da construção civil, como pedreiros, pintores, encanadores e soldadores, além de categorias

ligadas aos setores de alimentação, turismo e hospedagem, como garçons, barmen e trabalhadores da preparação de alimentos e bebidas. Ocupações industriais e operacionais, como operadores de máquinas, montadores e trabalhadores de usinagem, também estão entre as beneficiadas.

Segundo dados do Executivo paulista, o salário mínimo estadual acumulou alta de 46% desde 2022. No mesmo período, o salário mínimo nacional registrou crescimento nominal de 33,7%. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 19,5%, o que indica ganho real no piso regional.

O governo estadual afirma que a proposta busca preservar o poder de compra dos trabalhadores e estimular a economia local, ao ampliar a renda disponível para consumo. Especialistas apontam que políticas de valorização do salário mínimo podem impactar positivamente setores dependentes da demanda interna, embora também exijam atenção de empregadores quanto ao aumento de custos.

A proposta segue agora para tramitação na Alesp, onde será analisada pelas comissões e posteriormente levada à votação em plenário. Caso seja aprovada sem alterações, o novo valor passará a ser referência para as categorias abrangidas, consolidando o piso paulista como um dos mais elevados do país.